

Entrevista

José Azeredo Lopes. O presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) termina o seu mandato em Fevereiro de 2011 e afirma que em quase cinco anos no cargo muito foi feito, mas reconhece que falta, por exemplo, um sistema de auto-regulação na imprensa. O mais difícil foram as deliberações sobre o 5.º canal e a Ongoing, já os casos Sócrates, 'Sol' e TVI, ainda que bastante mediatizados, foram menos complicados de decidir

“Ganhei inimigos de estimação”

ANA DURÃO e FILOMENA ARAÚJO

Viu a Casa dos Segredos? Que opinião tem sobre o programa?

Digamos que já vi duas vezes, não vou ver terceira.

Júlia Pinheiro diz que a TVI não vai emitir cenas de sexo e violência para subir as audiências.

Se as audiências baixarem, logo se verá. A apresentadora foi categórica quanto aos cuidados da TVI neste assunto e prefiro acreditar que manterá o que afirmou.

Já chegou à ERC alguma queixa contra a Casa dos Segredos?

Não.

Quatro anos depois da criação da ERC, os limites da TV são mais respeitados?

Os operadores cumprem os horários de programação. Alguém se lembra que, antes da ERC, era um exercício kafkiano conseguir acertar num programa que se queria ver? Alguém se lembra que, para gravar um filme, se punha o gravador a começar uma hora antes e a acabar uma hora depois?

Quando é a renovação das licenças de TV?

Falta muito tempo porque foram renovadas em 2006. O que ocorrerá é a avaliação intercalar do cumprimento das obrigações assumidas por cada um dos operadores privados. E esse processo de avaliação terá lugar em 2011. Não falta material para essa avaliação, basta falar no acervo de informação que consta de cada um dos relatórios anuais da ERC.

Acredita ainda num 5.º canal?

Acredito, embora também esteja convicto de que o *El Dorado* que representava a detenção de uma licença para um canal generalista já teve melhores dias. Sobre o processo do concurso do 5.º canal, não há novidades.

Como estão as licenças dos canais pagos da TDT?

O processo ficou num impasse jurídico. Como se sabe, ERC e ANA-COM tiveram pronúncias opostas relativamente ao pedido de revogação da licença apresentado pela PT.

Qual o balanço que faz à frente da ERC?

Quando iniciei o mandato, vivia-se uma situação de desregulação acelerada tanto para o mercado como para os jornalistas e cidadãos. O balanço é muito positivo porque há hoje uma aceitação generalizada da regulação e da sua necessidade.

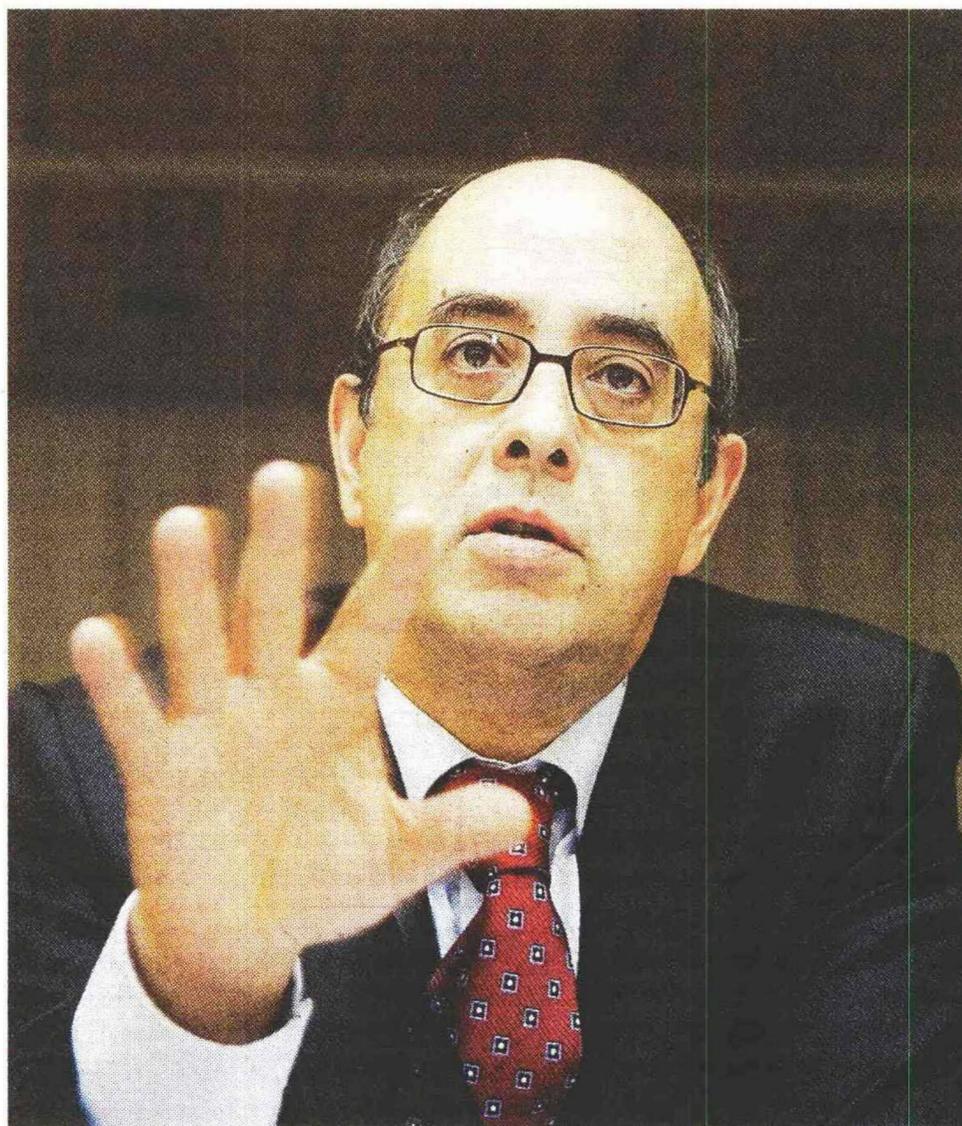
O que mudou com a chegada da ERC?

Inventámos uma instituição de raiz e inspirámo-nos no melhor que se fazia na Europa. Aconteceu como o modelo de avaliação do pluralismo político-partidário.

Criámos processos semiautomatizados de regulação, como o portal da televisão, o portal da rádio, os modelos de monitorização, o recente portal da transparência da propriedade dos meios de comunicação social...

Num plano prático, tudo mudou?

Mudou a abordagem dos problemas, muito mais interdisciplinar, desde as ciências da comunicação à abordagem económica. Mudou o grau de conhecimento do meio



GONCALO BORGES DIAS/ARQUIVO DN

Azeredo Lopes diz que hoje os canais cumprem horários

que, inicialmente, reagiu com enorme desconfiança e receio de que mais conhecimento pudesse significar mais regulação.

Quais foram as decisões mais difíceis tomadas pela ERC?

A deliberação que determinou a exclusão das duas candidaturas no concurso para o 5.º canal e a decisão no caso Ongoing, quando impusemos condições para que a Ongoing pudesse adquirir uma participação accionista significativa na Media Capital. Difíceis, quer pelo seu cariz técnico como, sobretudo, porque estavam em causa interesses próprios e políticas do

sector, de grande importância.

Outras decisões que foram mais fáceis?

Ao contrário do que poderá resultar da cobertura mediática que tiveram as chamadas deliberações políticas, os caso Sócrates, jornal *Sole* TVI, tratou-se de decisões relativamente fáceis.

Ficou muito por fazer?

Sonhei que seria possível a criação de um sistema de auto-regulação na Imprensa, a criação de um Conselho de Imprensa, que permitisse ao heterorregulador fixar-se, cada vez mais, num plano de regulação alta, numa esfera de su-

PERFIL J. AZEREDO LOPES

Presidente da ERC

► José Alberto de Azeredo Lopes nasceu no Porto e tem 48 anos. É licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), Porto, desde 1984, mestre em Direito (UCP), na área de Ciências Jurídico-Políticas, em 1990, e doutorado em Direito (UCP) na área de Ciências Jurídico-Políticas, em 2002. Do seu vasto currículo destaca-se que foi relator numa missão de observadores internacionais aquando da consulta popular a Timor-Leste, na Indonésia, em 1999. É professor auxiliar da UCP, onde lecciona as disciplinas de Direito Internacional e Justiça Internacional. Foi comentador do programa *Choque Ideológico*, da RTPN. Está na ERC desde 2006. Gosta de futebol e é adepto do Boavista.

“
Há hoje uma
aceitação da
regulação e da sua
necessidade”

pervisão. Fizemos tudo o que podíamos, mas o processo depende de terceiros. A heterorregulação é indispensável, porque muitas das competências do regulador não podem ser devolvidas à auto ou à co-regulação.

Sente que ganhou mais amigos ou inimigos enquanto esteve na ERC?

Muito mais inimigos, e alguns de estimação, até porque não escondo que muito me divertiu, em algumas circunstâncias, responder à letra a alguns dos ícones da praça. Mas ganhei amigos fantásticos, na ERC e fora dela.